

AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO PARA EJA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SME NA ESCOLA MUNICIPAL PROF^a FRANCISCA FERREIRA DA SILVA/NATAL /RN

Anete Alves da Silva Nogueira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
anetenogueira@yahoo.com.br

Resumo: Este ensaio busca refletir sobre as possibilidades e limites da organização do planejamento pedagógico na Educação de Jovens e Adultos sugerido das diretrizes organizacionais da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Natal; tendo sido construída por meio de entrevista do tipo semi-estruturada, o que nos levou a perceber a necessidade de desenvolvimento de reuniões colegiadas na escola para que sejam elaboradas as diretrizes internas de organização do planejamento da escola pesquisada e seja apresentada a SME por ser essa uma atitude política a ser tomada no interior dessa escola, como resposta ao conjunto de insatisfações que hoje limitam as possibilidades de uma ação efetiva de planejamento.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; diretrizes; planejamento

INTRODUÇÃO

O objeto dessa investigação originou-se da nossa preocupação enquanto coordenadora pedagógica atuando na Secretaria Municipal de Educação e na referida escola, com a organização do planejamento no cotidiano dessa modalidade de ensino.

A delimitação desse objeto emerge dos conflitos que vivenciamos nas reuniões semanais de planejamento. Como por exemplo: A impossibilidade dos professores de chegarem ao planejamento às 18 h, pois na sua maioria, trabalham em outras instituições particulares, a inexistência do planejamento coletivo gerando o esfacelamento do trabalho pedagógico e as permanências da infrequência do professor nessas reuniões.

Esses conflitos nos levaram a refletir sobre o nosso papel enquanto mediadores da organização desse planejamento nos questionando sobre: Como realizar os planejamentos pedagógicos atendendo as especificidades do cotidiano da nossa escola, seguindo as normas da Secretaria? Como mediar o planejamento buscando um trabalho coletivo? Como promover o diálogo entre professores no cotidiano escolar, visto que os mesmos planejam em dias diferentes? Que situações podemos apontar em nossa prática de trabalho, como possibilidades para fazermos o planejamento seguindo as diretrizes da Secretaria, incluindo alternativas diversas e que revelem a pluralidade dos modos de fazê-lo?

Os questionamentos mencionados acima nos possibilitaram organizar a questão que norteou as reflexões dessa pesquisa: Quais as possibilidades e limites da construção do planejamento na Escola Municipal Prof^a Francisca Ferreira da Silva, a partir das determinações das diretrizes organizacionais formulada pela Secretaria para as escolas do município de Natal?

Nesse sentido, o objetivo dessa investigação está em identificar essas possibilidades e limites, refletindo a ação pedagógica e organização desse planejamento no cotidiano da EJA na Escola municipal Francisca Ferreira, como subsídio para uma proposição acerca do redimensionamento no interior desse estabelecimento de ensino.

A construção dos dados da pesquisa foi realizada por meio de entrevista do tipo semi-estruturada, instrumento que nos permitiu estabelecer um diálogo com os técnicos do órgão central que formularam as diretrizes e normas de funcionamento para as escolas da rede municipal de Natal e o gestor (vice-diretor) da Escola Municipal Prof^a Francisca Ferreira da Silva. O trabalho de entrevista com os oito professores foi realizado por meio de uma sessão coletiva na qual propusemos uma discussão dialogada sobre as diretrizes.

Realizamos a análise da pesquisa, por meio do entrecruzamento das falas das testemunhas e o que está proposto nas diretrizes, evidenciando como a ação do planejamento no cotidiano da Escola Municipal Francisca Ferreira concebida pelas diretrizes ressoa concretamente enquanto organização e sistematização do trabalho docente.

Dialogando e construindo o planejamento para Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Francisca Ferreira.

Nosso trabalho de organização pedagógica iniciou no ano de 2006, quando as diretrizes organizacionais foram implementadas em toda rede municipal de ensino. Semanalmente os encontros foram acontecendo de acordo com o calendário proposto pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Até o ano de 2005 o horário para a organização do planejamento pedagógico na EJA, acontecia de forma irregular. A princípio foi determinado no calendário escolar um período de meio expediente de trabalho, depois esse momento foi transferido para um expediente aos sábados. Os professores apresentaram resistência em trabalhar nesse dia da semana, fato que os mobilizou a reivindicar a liberação de uma carga horária maior para o planejamento.

A irregularidade do planejamento é reafirmada no depoimento do vice-diretor, porém também é possível perceber, que essa indefinição é gerada pela ausência de uma relação mais próxima entre a organização do trabalho no cotidiano da escola e a forma como a SME concebe essa organização.

Na EJA, o planejamento não era semanal, acontecia muito espontaneamente assim, não tinha nada definido, até porque a secretaria não deixava fazer planejamento durante as aulas, nos dias letivos e acontecia aos sábados e tinha resistência dos professores, então, aí o planejamento ficava um dia ou outro, quando se resolvia parar. (gestor entrevistado)

A insatisfação dos professores em realizar o planejamento aos sábados inviabilizava a concretização desse trabalho. A partir da constatação da não feita do planejamento no dia determinado, a SME, através da equipe da SNOE e representantes dos demais setores, apoiados na LDB, no Plano Municipal de Educação 2005 a 2014 e o Plano de Cargos, carreira e salários

do município de Natal, elaboraram as normas organizacionais para todo o sistema de ensino deste município.

Os documentos que respaldam as resoluções acerca do planejamento na rede municipal, apresentam especificidades sobre o direito reservado a estudos e planejamento a serem contemplados como carga horária de trabalho.

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 assegura no artigo 67, inciso V, o período reservado a estudos, planejamentos e avaliação, incluído na carga de trabalho.

O Plano Municipal de Educação 2005 a 2014 aponta como objetivos e metas assegurar 20% da carga horária dos educadores para o planejamento de aulas, de avaliações e reuniões pedagógicas.

O Plano de Carreira, Remuneração e Estatuto do Magistério defende através do artigo 27, parágrafo 1º que vinte por cento da jornada de trabalho dos professores no exercício da docência, serão de horas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, a reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional em serviço.

Os direitos registrados nesses documentos estão presentes nas diretrizes organizacionais como normatizações que referendam a determinação da realização do planejamento em toda rede municipal de ensino.

Este documento apresenta como objetivo “orientar a organização administrativa e pedagógica da Educação Infantil e do Ensino Fundamental incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Natal” (DIRETRIZES PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS – p; 5).

Constam nessas diretrizes o calendário escolar, o calendário cultural, a organização das turmas de alunos e professores, grade curricular e o cronograma de elaboração do planejamento pedagógico. Todos esses itens foram apreciados pelo Fórum de Gestores das Escolas Municipais (FOGEM) e aprovados pelo Conselho Municipal de Educação (CME) fundamentados pelas normas legais vigentes para o ensino brasileiro, em especial, para o Sistema de Ensino do Município de Natal.

Na Escola Municipal Francisca Ferreira, os horários de planejamento, seguindo a orientação da SME, tem como característica fundamental o planejamento individualizado, onde cada professor se preocupa com sua matéria, concretizando assim, um ensino compartimentado.

Percebemos que há um desconhecer da realidade da escola por parte da SME, ou um conhecer conforme idéias e/ou teorias as quais não refletem essa realidade. Esses aspectos foram identificados na pesquisa quando entrecruzamos os depoimentos da técnica do SNOE com o de um professor da escola.

Essas diretrizes, não trazem tantos problemas para o professor. Pelo contrário, traz orientação da matrícula, formulário de circulação. Não vejo muito problema quanto a isso não. (...) o problema é que o professor quer resolver por ele somente. Ele acha

que o aluno nunca tem prejuízo se parar um dia, dois dias a menos. Se parar muito para planejar, implica nos 200 dias letivos do aluno. (entrevistada da SNOE)
Quem fez isso aqui, fez uma coisa que não se vê em lugar nenhum do mundo. (professor de matemática).

As diretrizes normatizam uma ação planejada para toda a rede municipal de ensino, quando determina os dias e horários para a concretização do planejamento pedagógico em todos os níveis.

De acordo com as diretrizes, a organização do planejamento na EJA cumpre no 1º segmento, que corresponde aos níveis I e II, o cronograma semanal de 3 horas/aula. Durante 2 dias, o professor pedagogo planejará no horário de 18 às 19h e em outro dia cumprirá mais uma hora enquanto o professor do ensino da arte assumirá a sala de aula.

No 2º segmento, correspondente aos níveis III e IV, o planejamento está proposto por disciplina e seguirá o cronograma estabelecido pela SME para toda rede municipal.

Dessa forma, percebemos que a ausência do diálogo dentro e entre essas instituições gera uma distância, entre o cotidiano da escola e as diretrizes. Para Freire (2005), o diálogo como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir se rompe, se seus pólos (ou um deles) perdem a humildade.

Estabelecendo uma relação entre o princípio do diálogo em Freire (2005) e a construção da ação dialógica do homem como elemento para suportar a realidade em Morin, (2000). Pudemos observar que estes autores dizem que:

O homem constrói formas de diálogos para suportar a realidade: o compromisso neurótico, a estética, a cooperação e o controle são espécies de tentativas para ordenar realidade e confrontar a crueldade do mundo. (MORIN, 2001, pág. 23)

Nesse sentido, é possível dizer, que na sua constituição o diálogo nos permite enfrentar a realidade cotidiana da escola noturna a partir da compreensão do planejamento como um ritual do ofício docente, que necessita revelar uma vivência dos modos de ser e fazer dessa realidade.

O planejamento de ensino no cotidiano da escola tem sido objeto de constantes indagações quanto a sua validade como efetivo instrumento de melhoria qualitativa do trabalho do professor.

No contexto dessa pesquisa o planejamento estará sendo discutido como um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A comunidade escolar como parte integrante da dinâmica das relações sociais é atravessada pelas influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade.

Nesse sentido, é possível inferir que a ação do planejar no contexto escolar está imersa em implicações sociais, bem como de um significado genuinamente político. Por essa razão, o planejamento exige reflexão acerca das nossas opções e ações. Sobre esses aspectos Freire (2000) nos permite refletir que:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. (FREIRE, 2000, p.115)

A partir do que está proposto por Freire (2000), concluímos que na realização do planejamento é preciso ter em mente que sua função é a de tornar clara e precisa a ação de organizar o que fazemos, de sintonizar idéias, realidades e recursos para tornar mais eficiente nossa ação. Dessa forma, planejar é realizar um conjunto orgânico de ações, que aproximam os desejos e as necessidades de uma determinada realidade.

Não achamos necessário que haja apenas uma grande norma para se fazer um indivíduo apto a desenvolver sua própria prática. Não será, também, trazendo-o preso a amarras, mesmo que já não se façam fisicamente presentes, que vamos garantir sua melhor performance. É indispensável que o professor se comprometa consigo mesmo, avaliando suas funções sociais e, com seriedade, busque construir conceitos que atendam suas especificidades e que lhe dêem condição de organizar seu trabalho comprometendo-se, íntegro e consciente de sua participação social, frente à formação de cidadãos. Nesse sentido a professora do nível I, acrescenta:

Quando a gente chega para planejar é um momento extra escolar. Quando a gente vem de casa tem se organizado em casa buscando o que vai fazer, colhendo material; então esse momento acontece antecipado. Você vai aqui, vai oficialmente esse tempo dedicado ao planejamento. Mas na verdade ele não acontece só aqui. Né? (professora nível I)

Portanto devemos estar conscientes da importância e da necessidade da nossa participação para compor o planejamento da escola; dessa forma haveria uma mudança da relação SME e escola: em vez de adotar uma relação vertical, em que impõe sua concepção de planejamento, a SME assumiria uma posição horizontal, de igualdade, favorecendo o diálogo entre essa concepção do ato de planejar e as ações possíveis de serem desenvolvidas em cada escola. Esse movimento geraria a problematização da sua própria ação enquanto órgão executor.

A necessidade de uma relação dialógica entre a SME e a escola se dá pela própria natureza da ação educacional nas quais essas duas instâncias estão envolvidas.

A prática pedagógica exige um saber agir em situação. É de ordem muito complexa, pois o profissional precisa estar atento às situações que se configuram em suas salas de aula, analisá-la, detectar problemas ou dificuldades, tomando decisões rápidas ou planejando soluções adequadas para as situações enfrentadas.

Nesse movimento, o planejamento pedagógico é de fundamental importância uma vez que ele balizará os trabalhos que serão realizados e nos levará a prever situações e buscar intervenções mais eficientes, como nos assegura a professora de geografia:

Precisamos de planejamento coletivo para darmos opiniões, acontecer a interação e evitar ações soltas, gerando desentendimentos, autoritarismo. (professora de geografia)

O depoimento da professora de geografia registra o sentido de planejamento como uma ação que requer dos que o fazem a decisão coletiva. O planejamento nesse sentido é concebido como uma ação orgânica que emerge do grupo no qual ações estão sendo pensadas e formuladas intelectualmente.

Na construção desse fazer intelectual o professor vai construindo o sentimento de pertença social ao lugar no qual exerce sua profissão, bem como ao seu fazer docente. Esse sentimento de pertença social está relacionado a potencialidade de todo ser humano de construir-se socialmente como produtor de sua história, de um universo cultural que vai se revelando pela linguagem. O planejamento é um mediador na construção dessas ações.

Quando sugere o sentimento de pertença na nova ordem social Jesus (2003) aponta:

[...] Talvez aí esteja o ponto de ligação: não é pela inovação, nem pela tradição apenas, é pelo emocional, pela linguagem que faz comunicar esses vasos, como diz Ademar Bogo, “criar formas e estruturas de referências, reais e simbólicas dentro do tempo e do espaço em que vive cada geração; materializando os sentimentos, as esperanças e os sonhos através de sinais que orientam e identificam a todos”. (JESUS, 2003, p.147).

Dessa forma é importante que a SME conserve um entendimento com o cotidiano da escola e possa através do diálogo adequar suas informações, suas normas, de forma a contribuir para ressignificar esse cotidiano. Pensarmos juntos, SME/comunidade escolar as singularidades que caracterizam os espaços nos quais homens e mulheres se fazem socialmente educadores e educandos.

Analisando junto aos professores as condições reais do cotidiano da E.M. Francisca Ferreira da Silva e as diretrizes da SME, compreendemos que estas concretizam uma ação planejada entre seus setores para toda a rede municipal de ensino, porém sem considerar as peculiaridades das escolas, como podemos constatar nas falas dos professores e do vice-diretor.

Esse planejamento não é feito só assim em nossa escola. É em quase todas as escolas do município. Mas por quê? É falta de tempo. A maioria dos professores chega de ônibus, já do turno matutino e vespertino, da escola particular. É o caso de nossa escola. Aqui tem muitos colegas de escolas particulares. Eles têm três expedientes. (Professor de matemática)

Pelas diretrizes falta planejamento coletivo pra gente decidir. Como é que a gente pode trabalhar projeto, se não temos tempo para se reunir? Essa estória de reunião aos sábados, não funciona. Não vamos nos enganar. (Professora de geografia)

Eu acho que para a secretaria atender as escolas, ela tinha que flexibilizar, porque a secretaria é muito rígida nas normas dela, é muito fechada. A escola não tem muita liberdade de mudar nada. (gestor entrevistado)

Reconhecemos que os gestores das escolas ocupam uma posição importante na estrutura do ensino público, uma vez que respondem pela articulação da escola com a comunidade em que se insere e, também, com a rede que compõe o sistema de ensino. Além disso, e acima de tudo, deve garantir o bom funcionamento da escola, visando o melhor atendimento pedagógico aos alunos.

Na escola pesquisada, observamos que a tarefa do gestor torna-se mais difícil quando assume o trabalho sozinho, quando apenas aplica as orientações oficiais, ou quando se dedica mais à função administrativa. Espera-se do gestor, que antes de tudo, seja um educador, utilize as orientações do sistema para fortalecer a função educativa da escola e consiga atuar com toda a competência administrativa, para fazer fluir a ação pedagógica. E principalmente busque a autonomia perante o sistema regente, deixando de assumir uma postura subserviente, para atuar com uma proposta adequada, dentro dos limites e possibilidades da política atual vigente. Na verdade a escola deverá dialogar sobre suas necessidades e encarar seus problemas como desafios e não desanimadores.

As falas vão nos revelando a compreensão de cotidiano escolar implícito na proposta organizacional do planejamento da SME. Um conceito universal que não revela as singularidades, que vão sendo invisibilizadas por um modo de falar da escola como única, um lugar central, como se todas fossem iguais, sem deixar aparecer os que podem falar de dentro dela, fazendo emergir outras concepções, projetos, propostas que a generalização oculta, na maior parte das vezes.

Esse aspecto pode ser percebido na continuidade do depoimento da professora de geografia.

Nós devemos planejar assim, mas ter o planejamento geral. Por que a coisa ficando assim, fica horrível “ela” coordena. Você viu como ficou hoje? Aqui nós não fizemos nada. Cada um ficou na sua, cada um no seu e ninguém fez nada, porque faltou a gente sentar e dizer: em matemática dá para fazer isso. Em português, em geografia eu colabo com gráfico, por exemplo, com mapas, com o que for necessário. Teve anos aqui, que nós fizemos tudo no coletivo e funcionou. Porque foi o grupo que parou e planejou. Porque funcionou? Se parou para planejar, para fazer juntos. (professora de geografia)

O depoimento ainda nos leva a refletir que a Escola Municipal Francisca Ferreira como espaço singular deve encontrar outras formas de lidar com o planejamento e desdobrá-los em planos e projetos. Nesse sentido, é necessário tomar como reflexão sua história enquanto instituição, sua experiência de organização, seu fazer cotidiano e reelaborar a ação de planejamento no seu interior, refletindo suas possibilidades e limites de autônoma.

É nesse momento que registrando como conclusão dessa investigação a arbitrariedade em que foi construída a diretriz organizacional para as Escolas Municipais de Natal. A regra não diz de cada espaço, e se assim se constitui desconhece os seus limites, pois considera as possibilidades a partir da norma instituída.

Possibilidades e limites tornam-se os elementos de reflexão nesse momento. É possível à realização do planejamento, como também é possível a determinação de uma cronograma, bem como um calendário. Mas a forma de sua formulação deve ser orgânica. Construída por meio do que cada profissional acredita ser essa possibilidade. Formulado como uma ação intelectual de produção cotidiana das ações educacionais.

Ressignificando os limites, construindo as possibilidades.

Planejar é um ato coletivo, quando todos os sujeitos da escola devem estar juntos, pensando o que desejam da ação educativa; que objetivos pedagógicos se propõem alcançar. A condição da democracia é o diálogo, a interlocução entre educadores que se aproximam, em processos de formação continuada, para discutir a organização do trabalho escolar ao longo do ano. Por esse processo poderão analisar suas práticas, redefinindo e detalhando os procedimentos de ensino, a organização dos conteúdos, em função do desenvolvimento da ação pedagógica.

A resignificação do planejamento na Escola Municipal Francisca Ferreira passa por uma compreensão acerca da necessidade dessa comunicação humana. Morin (2001) nos fala que a ciência não mais dá conta de responder, plenamente, os questionamentos existenciais, na realidade. Portanto, terá que se descobrir as possibilidades de ação que somente o diálogo reflexivo, crítico, consciente e consistente poderá oportunizar, criando novas formas de ação que resgatem não só a natureza humana como a própria vida no planeta, entrelaçando ciência, sociedade, tecnologia e política.

Nesse sentido, é possível constatar que a aceitação passiva e inquestionável das diretrizes não promove a ação do planejamento, mascara essa ação com reuniões e encontros nos quais não há uma produção pedagógica efetiva. O planejamento não é um todo indiferenciado, em que não aparecem contradições, nem diferenças.

Na verdade, como escreve Padilha (2006) é imprescindível o papel de cada segmento na prática do planejamento escolar, numa multiplicidade de saberes na relação uns com os outros, reafirmando assim, que a construção do planejamento requer saberes e que construindo saberes estamos reconstruindo nossa prática.

Cabe a escola a implementação do processo de planejamento dialógico de acordo com suas condições reais, seus limites e suas possibilidades. A criação do planejamento num ambiente dialógico obriga o rompimento com a proposta da SME, cuja orientação vem caracterizar um planejamento individualizado, onde cada professor se preocupa apenas com sua matéria tendo uma visão de ensino compartimentado.

O diálogo, segundo Paulo Freire, “é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (Freire, 1982).

Para a construção do planejamento dialógico, há uma série de atribuições e encaminhamentos, dada a complexidade de como vão sendo construídas coletivamente e que requer do coordenador pedagógico competências profissionais para atuar em interação com os demais atores da escola, pois esse planejamento envolve um conjunto de ações concretas que constroem o sentido do que a escola pretende oferecer ao aluno.

Desta forma, o planejamento dialógico exige uma direção estabelecida em conjunto com os demais segmentos da escola, na perspectiva de novas relações pessoais, interpessoais e institucionais. (PADILHA, 2006, p.76.).

O entendimento é que a organização do planejamento dialógico pressuponha uma conquista para dar início a construção sócio-política e cultural da escola, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, do poder de decisão, de participação e de responsabilidade do coletivo dos que nela trabalham, elementos que são necessários a concretização de todas as ações organizativas e didático-pedagógicas.

O planejamento dialógico é, na verdade uma forma de resistência e representa uma alternativa ao planejamento autoritário, burocrático, centralizado e descendente, que ganhou as estruturas dos nossos sistemas educacionais e das nossas redes escolares. (PADILHA, 2006, p.25)

Nessa direção, processos de reflexão são imprescindíveis para desencadear o processo de construção da autonomia, e que se firmam por meio das reuniões, possibilitando uma maior integração entre todos os profissionais.

As reuniões são momentos indispensáveis no espaço escolar e que permitem tanto que se discuta a demanda de problemas que vão surgindo como as problemáticas mais gerais, além de criar um intercâmbio de sugestões e trocas de experiências entre os membros participativos.

Daí defende-se a organização do planejamento pedagógico possibilitando aos sujeitos envolvidos nesse processo, espaço de convivência plena na busca da felicidade a que todos têm direito, do pensar e agir autônomos e capazes, como nos adverte Morin (2000), e de reconhecer os limites e potencialidades da razão, do conhecimento, da condição humana, da identidade terrena, das incertezas, da compreensão e da ética do gênero humano.

A atividade de planejar a atividade educativa não se restringe à reflexão a respeito dos problemas educacionais. Ela implica uma visão e análise ampla de mundo e da sociedade. É necessário resgatar também a dimensão pedagógica do planejamento como uma atividade que propicia a aglutinação em torno da escola, dos diferentes segmentos escolares e extra-escolares, superando a prática taylorista de planejamento, segundo o qual quem planeja não executa, quem decide não faz e quem faz não decide. (PADILHA, 2006 pág. 67)

As reuniões como instrumentos reflexivos, também poderão desencadear discussões políticas que mudem a visão estratificada de pensar que o coordenador pedagógico dará conta de construir individualmente as propostas pedagógicas, sem que se considere a importante participação de outros segmentos da escola, a exemplo do que normalmente se observa quanto a compreensão da implementação do Projeto Pedagógico, na qual o coordenador tem sido responsabilizado pela gestão a executá-lo.

Segundo Morin (2000), defensor do paradigma da complexidade, para quem a compreensão demanda empatia, abertura, simpatia e generosidade. Compreender é, ao mesmo tempo, meio e fim da comunicação humana, portanto não pode ser algo desconsiderado pela educação. Precisamos passar por uma reforma das mentalidades em todos os níveis educativos e em todas as idades.

Apesar das dificuldades de organização do planejamento encontradas no interior da Escola Municipal Francisca Ferreira, novas formas de organização do trabalho pedagógico precisam ser pensadas. Cabe a ela, dentro dos limites de suas possibilidades, o papel de construir uma organização do trabalho pedagógico. O início desta construção implica em descobrir que ideologia está por trás do discurso do opressor e do oprimido.

Estes aspectos necessitam ser considerados quando se fala em transformação da realidade do planejamento nas escolas. É necessário buscar condições objetivas de trabalho do professor, garantindo espaços nos quais os docentes possam se reunir e discutir o próprio trabalho, problematizando-o, como meio para o seu próprio aperfeiçoamento, garantindo de forma efetiva sua formação em serviço, direito registrado na LDB (2006).

Na Escola Municipal Francisca Ferreira é preciso que o grupo de profissionais sinta e assumam a necessidade de transformar a realidade da escola e entenda o planejamento como um dos meios para efetivar esta transformação; buscando solucionar problemas como evasão, retenção e muitos outros tão presentes na EJA, organizando na escola espaços de discussão e principalmente proposição para solução destes problemas.

A proposição a que chegamos no término dessa investigação, envolve o desenvolvimento de reuniões colegiadas adaptadas aos horários de congregação do maior número possível de docentes, nas quais sejam elaboradas as diretrizes internas de organização do planejamento da Escola Municipal Francisca Ferreira e seja apresentada a SME. Nesse momento, poderemos inclusive está compartilhando com profissionais de outras escolas nas quais esse planejamento foi redimensionado.

Nessas diretrizes constarão o calendário e cronograma desses planejamentos, bem como as propostas de atividades a serem desenvolvidas durante esse período. Acreditamos ser essa uma atitude política a ser tomada no interior dessa escola, como resposta ao conjunto de insatisfações que hoje limitam as possibilidades de uma ação efetiva de planejamento.

REFERENCIAS

- FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra. 41º ed. 2005.
- _____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. O sentimento de pertença na nova ordem social. In: PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2006.
- PERNAMBUCO, Marta M. C. A. e PAIVA, Irene Alves. Contemporaneidade, diálogo e consciência em Paulo Freire. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; et al. Polifônicas Idéias: por uma ciência aberta. Porto Alegre; Sulina, 2003.
- MORIN, Edgar. A suportável realidade. Cronos. Natal - RN. V.2. p.23-30. jul./dez.2001.
- _____. Sete Saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.